DECRETO Nº. 3.820 DE 01 DE JUNHO DE 2020.

**Dispõe sobre o início da retomada gradual e segura das atividades econômicas a serem adotas no âmbito do municipio de Bom Jardim/RJ, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM**, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos l, II e VII do art. 30 da Constituição Federal de 1988: bem como dos art. 10 incisos I e VII do art. 12; inc. II do art. 13; inc. I e alíneas a e b do inc. IV, do art. 207, todos da Lei Orgânica do Município de Bom Jardim, combinado com o inciso XV do art. 70 da LCM no 133/2011;

Considerando que o distanciamento social provocado pelas restrições anteriomente fixadas contribuíram para o “achatamento” da curva de novos casos;

Considerando que estão em curso estudos de âmbito Nacional e Estadual que sinalizam uma retração do PIB das maiores economias mundiais, em decorrência da prioridade relativa à saúde pública;

Considerando que a adoção das medidas para prevenção, controle, redução e enfrentamento de contágio e de infecções causadas pelo novo Coronavírus (COVID – 19) e o consequente isolamento provocaram a interrupção das atividades normais das pessoas, desmobilizando recursos, impactando negativamente a produção, o consumo coerente e os investimentos, com efeitos fortíssimos sobre o desemprego, renda e arrecadação pública;

Considerando a necessidade de manutenção da ordem econômica, nos termos do art. 170 da Constituição, tendo em vista a imperiosa empregabilidade;

Considerando que para manutenção da retomada gradual e segura a métrica escolhida foi a taxa de média de leitos destinados pelo Hospital Dr. Celso Erthal – Santa Casa de Bom Jardim/RJ especificamente para o tramento de casos suspeitos ou confirmados da Covid 19 não atinja 70%, devendo esta ser aferida semanalmente,

Considerando que na presente data, 01/06/2020, o Município de Bom Jardim/RJ conta com apenas 03 (três) casos ativos da doença, internados na Santa Casa de Bom Jardim,

Considerando que a Municipalidade vem adotando as medidas necessárias para enfrenetamento e combate ao Coronavírus (COVID-19), realizando barreiras sanitárias, aquisição de insumos, respiradores pulmonares, monitores etc., contratando profissionais para atuação nas medidas de prevenção e combate à doença,

Considerando a reunião realizada com comerciantes, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo em 29 de maio de 2020, com vistas a flexibilizar a abertura do comércio local com restrições e observância às orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, requerer as seguintes informações:

DECRETA:

**Art. 1º –** Ficam as empresas industriais, as confecções e congêneres, autorizadas a funcionar, em carater excepicional, de segunda-feira à sexta-feira, com capacidade produtiva restrita a 50% (cinquenta por cento), além de adequar ao afastamento entre os postos de trabalho com no mínimo de 1,5m (um metro e meio).

**§ 1º –** As empresas elencadas no artigo deverão promover o afastamento de todos os funcionários integrantes dos Grupos de Risco definidos pelas Autoridades de Saúde Pública Nacionais e Internacionais, já que algumas condições físicas exigem maior cuidado para evitar contaminação pelo novo Coronavírus (COVID- 19), devido a maior incidência de complicações da doença.

**§ 2º –** Deverá haver a adoção das medidas necessárias para manter a higienização e assepsia das áreas ocupadas pelos funcionários, realizando-se procedimentos de limpeza contínuos e regulares para minimizar os riscos de contaminação; orientando-se, ainda, que seja disponibilizado álcool em gel, toalhas de papel e local apropriado para higienização das mãos dos colaboradores; bem como que não haja aglomeração de pessoas dentro do espaço físico e que todos utilizem os Equipamento de Proteção Individual (EPIs) necessários.

**Art. 2º** – Ficam autorizadas a funcionar as atividades, tais como:

**I** – Farmárcias;

**II** - Supermercados e mercearias;

**III**- Padarias;

**IV** - Açougues;

**V** - Postos de Combustível e de Conveniência;

**VI** – Lojas de pet shop, lojas de ração, produtos de animais e similares;

**VII** - Borracharia, auto peças, casa de bateria e estabelecimentos similares;

**VIII** - Venda de material de construção, ferragem e equipamento de proteção individual, vedada a aglomeração de pessoas no desempenho das atividades, conforme disposto no Decreto Estadual nº. 41.001 de 26 de março de 2020.

**§ 1º –** Os estabelecimentos mencionados nos incisos acima devem adotar as medidas necessárias para manter a higienização e assepsia das áreas ocupadas pelo público, realizando procedimentos de limpeza contínuos e regulares para minimizar os riscos de contaminação; orientando-se que não haja aglomeração de pessoas dentro do espaço físico, sendo vedada a entrada nos estabelecimentos de pessoas sem máscaras.

**§ 2º** - Os estabelecimentos elencados no inciso I, bem como as Farmácias e similares, deverão limitar o atendimento aos clientes de acordo com o tamanho do estabelecimento comercial, tendo como base o cálculo de 01 (um) cliente a cada 20m²; não excedendo o limite máximo de 40 (quarenta) clientes por estabelecimento, nos casos de estabelecimentos com grandes áreas.

**§ 3º** – Os estabelecimentos elencado no inciso III, deverão funcionar apenas com atendimento ao cliente, ficando vedada a consumação no local.

**§ 4º -** Os estabelecimentos elencados no inciso IV e VII deverão funcionar com apenas 30% (trinta por cento) da capacidade de atendimento.

**Art. 3º** - Fica autorizada a reabertura, em regime especial de atendimento, com atenção às medidas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, das atividades como:

**I –** Óticas;

**II –** Estabelecimentos prestadores de serviços de manutenção de equipamentos eletrônicos (celulares, computadores e similares);

**III -** Estabelecimentos voltados majoritariamente para serviços de fotocópias;

**IV –** Estabelecimentos voltados majoritariamente, para o comércio varejista de jornais e revistas.

**V –** Estabelecimentos voltados o comércio varejista de artigos de armarinho, aviamentos e tecidos;

**VI –** Papelarias e lojas de suprimentos para escritórios;

**VII –** Lojas de de vestuários, acessórios, calçados e afins;

**VIII –** Lojas de movéis, eletroeletrônicos, eletrônicos e afins;

**IX –** Escritórios em geral (Advocacia, Contabilidade, Despachantes e afins);

**X –** Estabelecimentos voltados para a venda de cosméticos;

**XI –** Salões de beleza, barbearias e congêneres;

**XII –** Estúdios de estética, fiosioterapia, massagens, pilates e afins;

**XIII –** Bombonieries e congêneres;

**XIV –** Estabelecimentos voltados para a venda de suplementos alimentares e produtos naturais;

**XV-** Chaveiros, Joalerias e Relojoarias.

**§1º -** O regime especial de atendimento permite a abertura do estabelecimento, durante o período das 10h (dez horas) às 18h (dezoito horas), horário de Brasília, desde que:

**I -** seja efetivado controle de entrada dos consumidores, de forma que seja permitido o acesso de 01 (um) cliente por atendente, mantendo o distanciamento de 1,5m para com o cliente, ficando proibida a formação de aglomeração tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo;

**II –** caso haja excesso de cliente, deverá ser feita fila no exterior da loja, observando o espaçamento de no mínimo 1,5m, ficando a mesma sob a responsabilidade do proprietário do estabelecimento;

**III -** seja oferecido, preferencialmente e, quando, possível, atendimento por meios eletrônicos ou à distância, como telefone ou internet;

**IV -** seja realizada higienização das mãos dos consumidores, por meio de oferta de alcóol em gel e/ou água, sabão e toalha descartável, no início e no final do atendimento;

**V -** seja realizada assepsia das áreas com circulação de pessoas;

**VI -** os colaboradores e trabalhadores do estabelecimento estejam utilizando os equipamentos de proteção individidual adequados, como máscaras, bem como façam a higienização frequente das mãos;

**VII -** seja proibida a entrada ou permanência de consumidores sem equipamentos de proteção individual adequada;

**VIII –** Deverá ser garantida a circulação de ar externo nos estabelecimentos, mantendo-se janelas e portas abertas, não sendo recomendada a utilização de ar condicionado;

**IX** – Na entrada dos estabelecimentos deverão ter contenções nas portas de modo a permitir a entrada de 01 (cliente) por atendente, respeitando a capacidade do estabelecimento, de modo que não ultrapasse o limite suportado de acordo com o tamanho do estabelecimento, seja 20 m² por cliente, não excedendo o limite máximo de 40 (quarenta) clientes por estabelecimento, nos casos de estabelecimentos com grandes áreas.

**§2º -** Os Funcionários do grupo de risco deverão realizar seus trabalhos preferencialmente na modalidade home office.

**§3º -** Os estabelecimentos que comercializam generos alimentícios deverão funcionar apenas com atendimento ao cliente, ficando vedada a consumação no local.

**§4º -** As atividades elencadas no inciso XI e XII do artigo 3º, deverão atender aos seguintes quesitos:

**I –** O profissional deverá atender 01 (um) cliente por vez, sempre com o atendimento agendado, havendo um espaçamento de pelo menos (15) quinze minutos entre um cliente e outro, de modo a evitar a aglomeração de clientes e para que possa ser realizada a devida higienização e assepsia das áreas, realizando-se procedimentos de limpeza contínuos e regulares para minimizar os riscos de contaminação;

**II –** Recomenda-se que seja disponibilizado os clientes sapatilhas descartaveis ou que seja realizado a higienização dos calçaldos antes da entrada no estabelecimento, bem como que seja disponibilizado álcool em gel, toalhas de papel e local apropriado para higienização das mãos dos clientes e colaboradores;

**III -** Todos os profissionais deverão realizar a higienização pessoal, com álcool em gel, antes, no intervalo e após cada atendimento, deverão utilizar também luvas descartavéis e os demais equiopmanetos de proteção individual (EPIs) necessários, devendo trocá-los ou higinizá-los, quando possível, a cada atendimento. O profissional deverá usar máscara de proteção e protetor facial permanente.

**IV -** Ao final de cada atendimento o estabelecimento deverá ser higienizado, principalmente o assento, bem como o lavatório com solução de hipoclorito de sódio.

**V –** Recomenda-se que o cliente seja questionado se o mesmo apresenta algum sintoma respiratório, se está em quarentena ou isolamento social em decorrência do COVID-19, e em caso positivo, é recomendado que esse cliente não seja atendido.

**Art. 4º** – Fica prorrogada, pelo período de 01/06/2020 a 15/06/2020, a suspensão das seguintes atividades em toda municipalidade, tanto na zona urbana quanto na zona rural:

**I -** Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Sorveterias e estabelecimentos congêneres e similares.

**II –** Academia, centro de ginástica, clubes recreativos e estabelecimentos similares;

**§ único –** As atividades próprias dos bares, restaurantes, depósitos de gás e água, lanchonetes, sorveterias e estabelecimentos congêneres e similares poderão ser executas por meio da modalidade delivery.

**Art. 5º** - Fica prorrogada, ainda, pelo período 01/06/2020 a 15/06/2020, a suspensão das atividades de Feiras Livres, de vendedores ambulantes e similares.

**Art. 6º -** Permanece prorrogada a proibição novas hospedagens, ainda que já tenha sido efetuada prévia reserva, em quaisquer meios de hospedagem como Hotéis, Pousadas e similares.

**Art. 7º -** Fica prorrogada a proibição de quaisquer atividades coletivas de cunho turístico e/ou cultural, incluindo todos os equipamentos e atrativos turísticos e culturais, como parques, clubes e similares; bem como a circulação de ônibus, vans, e similares de transporte coletivo turístico.

**Art. 8º -** Fica prorrogada a suspensão do funcionamento de salões de festas e estabelecimentos similares; bem como de realização de qualquer atividade, evento ou reunião de cunho recreativo, seja de caráter particular ou público, ainda que previamente autorizadas, que envolvam a aglomeração de pessoas.

**Art. 9º -** Os prestadores de serviço de transporte coletivo deverão providenciar a adequada higienização de seus veículos, especificamente do ar condicionado e nos locais de maior contato com as mãos dos usuários; devendo, ainda, o acesso ser limitado em 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de passageiros sentados no veículo.

**§ Único –** O transporte coletivo de passageiros deverá funcionar com os horários normais, não podendo haver redução dos horários.

**Art. 10º -** Ficam suspensas pelo período 01/06/2020 a 15/06/2020 as atividades religiosas, ainda que dentro de templos privados de qualquer crença, podendo, se desejarem, realizar seus atos de maneira remota (internet), a fim de evitar a aglomeração de pessoas e eventual contágio pelo Coronavírus (COVID – 19).

**Art. 11º -** As instituições bancárias deverão adotar as providências necessárias para manter a higienização e assepsia das áreas ocupadas pelo público, realizando procedimentos de limpeza contínuos e regulares para minimizar os riscos de contaminação; devendo adotar as medidas necessárias para restringir a aglomeração de pessoas no interior de suas instalações, inclusive quando se tratar de ambientes abertos, orientado sobre o afstamento mínimo de 1,5m, ficando, ainda, responsável pela orientação e organização para que os clientes não fiquem aglomerados no ambiente externo (ruas, calçadas etc.), seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde – OMS, conforme Reunião realizada no dia 07/05/2020 entre os representantes dos bancários e o Poder Executivo e Ata disponível no link <http://bomjardim.rj.gov.br/e-sic/arquivos/Ata%20de%20Reuni%C3%A3o%20Bancos.pdf>.

**§ Único -** As Casas Lotéricas e correspondentes bancários deverão adequar-se as mesmas medidas adotadas pelas Instituições Bancárias.

**Art. 12º -** Permanece a Fiscalização de Postura autorizada a tomar as medidas cabíveis, a fim de dar cumprimento às disposições do presente Decreto, podendo, inclusive, se utilizar do auxílio da Guarda Municipal ou da Autoridade Policial, caso necessário, conforme Decreto Estadual nº. 47.068/2020.

**Art. 13º -** O descumprimento das disposições do presente Decreto implicará na adoção das medidas administrativas cabíveis, a fim de assegurar a segurança da população, evitando-se a aglomeração de pessoas nos estabelecimentos e ruas da cidade, podendo, ainda, haver a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento, respeitados os princípios constitucionais e as legislações vigentes.

**Art. 14º –** Devem funcionar de forma irrestrita, no tocante a horário de funcionamento, os estabelecimentos que prestam serviços na área de saúde, tais como: farmácias, hospitais, clínicas, laboratórios e estabelecimentos congêneres.

**§ Único –** Sugere-se que as Farmácias se utilizem da modalidade delivery, a fim de atender à população, quando necessário, e de evitar a aglomeração de pessoas dentro do estabelecimento e nas ruas da cidade.

**Art.** **15º** - Fica adquirido o direito de ir e vir com a redução da circulação e de contato interpessoal, em razão de lazer e deslocamento para compra, sob pena de responsabilidade pessoal, respeitanto as seguintes determinações:

**I –** O indivíduo deverá se abster de circular, caso apresente sintomas de gripe, resfriado ou similares;

**II –** Distanciamento mínimo de 1,5 m de outros individuos

**III –** Abster-se de qualquer comportamento que possa gerar algum tipo de aglomeração e com isso aumentar o risco de propagação de contágio pelo COVID-19.

**Art. 16º –** Fica determinado o uso de máscaras faciais durante o deslocamento de pessoas em logradouros públicos, espaços públicos, áreas externas do Município e para o atendimento em estabelecimentos com funcionamento autorizado, especialmente:

I – Uso de meios de transportes públicos e coletivos;

II – Desempenho de atividades laborais em ambientes compartilhados, nos setores públicos e privados.

**Art. 17º –** O descumprimento das medidas elencadas neste Decreto poderá acarretar responsabilização do infrator pelo crime de infração de medida sanitária preventiva, nos termos do artigo 268 do Código Penal.

**Art. 18º -** A depender das futuras ações a serem adotadas em âmbito federal e estadual, bem como das recomendações expedidas pela Organização Mundial de Saúde, as disposições deste Decreto poderão ser novamente prorrogadas, com a finalidade de conter a propagação do Coronavírus - COVID 19.

**Art. 19º -** Ficam suspensas as atividades escolares, públicas e privadas, até o dia 14/06/2020.

**Art. 20º -** As atividades da Administração Pública serão realizadas normalmente, no horário compreendido entre 09h as 12h e 13h as 17h, excetuando-se os funcionários que se enquadram no grupo de risco, devendo comprovar sua condição através de declaração médica, salvo os maiores de 60 (sessenta) anos, devendo realizar suas atividades por meio de *home office.*

**§ 1º –** O atendimento ao público será realizado de acordo com as orientações dos órgãos de saúde competentes, sendo ofertado na entrada e saída do prédio sede, unidades de saúde, setores de marcação de exames, transportes e demais secretarias, álcool em gel para higienização das mãos e máscaras.

**§ 2º –** Será realizado o controle de entrada e saída de pessoas dos prédios da Administração Pública, com o fornecimento de senhas, a fim de que não haja aglomeração de pessoas.

**Art. 21º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando- se quaisquer disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bom Jardim, em 01 de junho de 2020.

**Antônio Claret Gonçalves Figueira Prefeito Municipal**